



**Ministério Público Federal**  
**Procuradoria da República no Rio Grande do Norte**  
**Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão**

**P O R T A R I A N.º 023/2012 – RSCF/PR–RN, DE 8 DE OUTUBRO DE 2012.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no art. 127 e 129, ambos da Carta Magna, bem como nas disposições da Lei Complementar nº. 75/93 e da Resolução-CSMPF nº. 87/2006, alterada pela Resolução-CSMPF nº. 106/2010, e

**CONSIDERANDO** que tramita perante esta Procuradoria da República no Rio Grande do Norte o procedimento administrativo autuado sob o nº. 1.28.000.000902/2010-90, cujo objeto consiste em obrigar a Fundação Nacional de Saúde a adotar as providências necessárias visando conceder atendimento de saúde específico aos grupos indígenas isolados do Estado do Rio Grande do Norte;

**CONSIDERANDO** que, nestes autos, o prazo para conclusão encontra-se expirado, havendo necessidade de se prosseguir na instrução do feito, com realização de outras diligências para o perfeito deslinde da questão;

**RESOLVE INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL** para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos suprarreferidos, determinando sejam adotadas as seguintes providências: 1ª) encaminhem-se os autos à COORJU,

**Ministério Público Federal**  
**Procuradoria da República no Rio Grande do Norte**  
**Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão**

para fins de registro e reatuação; 2ª) fica designado(a) o(a) Técnico(a) Administrativo(a) lotado(a) junto a este Gabinete para secretariar o presente inquérito.

Por fim, publique-se a presente portaria no *site* da PR/RN, bem como no Diário Oficial da União, nos termos do art. 16, § 1º, inciso I, da Resolução-CSMPF n.º 87/06, encaminhando-se, para tanto, cópia da presente portaria à **6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal – 6ª CCR/MPF (Índios e Minorias)**.

Cumpra-se. Posteriormente, proceda-se à conclusão.

Natal (RN), 8 de outubro de 2012.

**Ronaldo Sérgio Chaves Fernandes**  
Procurador da República